

MORADORES DA PONTE AGRADECER MURO

Os moradores da rua Santa Rita e do Condomínio Ilha das Flores, na Ponte São João, entraram em contato com o JJ para agradecer a construção de um muro na rua José de Fiori. Segundo um dos moradores, o vereador Douglas Medeiros (PP) fez um requerimento pedindo a proteção do local, antes usado como descarte de lixo e invadido por traficantes.

NA CÂMARA, CPFL PROMETE MELHORIAS

Após a reunião entre vereadores de Jundiá e representantes da CPFL, na sessão da última terça-feira (27/11), o consultor de negócios da empresa, Fernando Nascimento Monteiro, afirmou que está sendo desenvolvido um projeto de revitalização da rede elétrica da rua Rangel Pestana. Caso dê certo, o modelo será implantado em toda a cidade, diminuindo as quedas de energia e os problemas com cabos pela cidade.

SEM FAVORITOS NAS ELEIÇÕES DA CÂMARA

A última sessão da Câmara de Jundiá ocorrerá no dia 18 de dezembro e, nela, a eleição de presidente para o biênio 2019/2020. Por enquanto, quatro vereadores se apresentam como virtuais candidatos, mas não há favoritos. O atual presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB) não pode concorrer à reeleição. O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) tem se mantido afastado da disputa.

Projeto de lei quer igualar data de subsídio com imposto

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Os vereadores de Jundiá vão debater, na sessão ordinária desta terça (4) da Câmara Municipal, um projeto de lei que modifica o prazo de recolhimento de contribuições ao Iprejun (Instituto de Previdência do Município de Jundiá). Atualmente, o repasse dos créditos de contribuição previdenciária é realizado até o dia 15 subsequente ao mês de competência. Com a alteração na lei, o prazo de repasse será alterado para o penúltimo dia do mês subsequente.

A Prefeitura de Jundiá afirma, na justificativa do projeto, que a mudança se faz necessária para que o pagamento do subsídio coincida com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). "Eis que se pretende amoldar a quitação das contribuições à distribuição do fluxo financeiro mensal de receitas e despesas", diz o texto.

Segundo a ata do Conselho Deliberativo do Iprejun, a mudança pode acarretar em um "custo com oportunidade de investimento perdido, estimado



Segundo Iprejun, mudança na lei não traria prejuízos para o órgão, uma vez que o volume de contribuições é incerto

em R\$ 30 mil por mês". Ainda assim, a medida foi aprovada pelos conselheiros com apenas um voto contrário.

Segundo o presidente do instituto, João Carlos Figueire

do, o conselho entendeu que a mudança não traria prejuízos para o órgão, uma vez que o volume de contribuições é incerto e o custo é uma mera estimativa. "Como todo investimento,

nem sempre os rendimentos são positivos. Da mesma forma que o custo pode acarretar numa perda de R\$ 30 mil, pode ser que acabe sendo um ganho nesse valor também", explica.

VETOS

Na pauta da Câmara ainda constam dois vetos da prefeitura a projetos de lei dos vereadores Paulo Sérgio (PPS) e Dika Chique-Chique (PR). O vereador do PPS teve vetado seu projeto que equipara os critérios de admissão dos servidores públicos com doença renal crônica aos de portadores de deficiência.

Segundo a justificativa, o parlamentar estaria quebrando a Constituição Federal e criando privilégios para um determinado grupo de pessoas, excluindo outros que, da mesma maneira, se enquadraram na categoria de deficiente.

Dika também teve seu projeto que prevê redes de proteção em prédios vetado, pois este tornaria mais burocrático o processo de entrega dos empreendimentos e repassaria o custo do serviço às imobiliárias, segundo a prefeitura. O texto de justificativa também afirma que os condomínios já possuem normas próprias para a instalação e padronização de redes.

O volume de proposições vetadas pelo Poder Executivo tem causado protestos por parte dos parlamentares nas últimas sessões da Casa.